



GOVERNO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

**XXI Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos**

1 Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no auditório da Secretaria de Estado  
2 de Meio Ambiente (Sema), em Belém/PA, realizou-se a XXI reunião ordinária do Conselho  
3 Estadual de Recursos Hídricos (CERH-PA), com a participação de seis Conselheiros  
4 titulares e nove suplentes, totalizando quinze membros (*quorum*), a saber: Geraldo Narciso  
5 da Rocha Filho, Conselheiro suplente da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e  
6 Inovação – **Secti**; Tereza Cristina Barbosa da Silva, Conselheira suplente da Secretaria de  
7 Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – **Seidurb**; Marta  
8 Helenise Maia Amorim, Conselheira suplente do Instituto de Desenvolvimento Econômico,  
9 Social e Ambiental do Pará – **Idesp**; Abelardo Sérgio Bacelar da Silva, Conselheiro suplente  
10 da Procuradoria Geral do Estado – **PGE**; Solange Valadares Dias, Conselheira titular do  
11 Consórcio de Desenvolvimento Social Econômico Intermunicipal – **Codesei**; Lucy Anne  
12 Cardoso Lobão Gutierrez, Conselheira titular da Universidade do Estado do Pará – **UEPA**;  
13 Alberto Carlos de Melo Lima, Conselheiro suplente da Universidade de Amazônia –  
14 **Unama**; Valdinei Mendes da Silva, Conselheiro titular do Instituto Federal de Educação  
15 Ciência e Tecnologia do Pará – **IFPA**; Vera Nobre Braz, Conselheira suplente do Centro  
16 Universitário do Estado do Pará – **Cesupa**; Shirley Coelho da Silva, Conselheira titular do  
17 **Grupo de Ações Ecológica Novos Curupiras**; Heraldo José Meirelles, Conselheiro titular  
18 da Associação Cultural Artística e Ambiental Guardiões do Curupeté – **Guarcuru**; Luiz  
19 Augusto Moura, Conselheiro titular da Federação das Indústrias do Estado do Pará – **Fiepa**;  
20 Fernando Souza Lima da Silva, Conselheiro suplente da Companhia de Saneamento do Pará  
21 – **Cosanpa**; Ana Izabel M. Pantoja, Conselheira suplente da Federação das Associações  
22 Municipais do Estado do Pará – **Famep**; e Walberê Ribamar Soeiro Filho, Conselheiro  
23 suplente da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – **Amam** e Karoline  
24 Facundo, que participou como representante da Secretaria de Estado de Saúde Pública –  
25 **Sespa**. Justificou ausência: Carlos Alberto do Amaral, conselheiro titular da Cooperativa de  
26 Pescadores Artesanais e Armadores de Pesca – **Cepapa**. Os trabalhos foram abertos pela  
27 **Secretária Executiva do CERH, Verônica Bittencourt**, que inicialmente justificou a  
28 ausência do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do CERH-PA, José



GOVERNO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Alberto da Silva Colares e na sequência realizou a leitura da pauta da reunião. No primeiro ponto referente à aprovação da ata da XX reunião ordinária, realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze, a **Secretária Executiva** desculpou-se por não ter encaminhado aquele documento para a apreciação prévia de todos. Deste modo, a leitura da ata foi realizada no momento da reunião. Após este procedimento, a Conselheira **Vera Braz (Cesupa)** manifestou-se contrária à aprovação do documento, pois não se sentiu à vontade para tal decisão. Por meio de votação (treze votos a favor, nenhum contrário e duas abstenções), os Conselheiros decidiram aprovar a ata somente depois dos ajustes da Secretaria Executiva e posterior análise pelos Conselheiros. Seguindo a ordem do dia, discutiram-se as alterações no Regimento Interno. Neste momento a **Secretária Executiva** lembrou que o Plenário estipulou prazo de trinta dias para o encaminhamento das propostas dos Conselheiros à Secretaria Executiva, observando que durante esse período não houve nenhuma contribuição sobre este assunto, porém ressaltou que durante as duas reuniões promovidas para as eleições dos Presidentes das Câmaras Técnicas, o Regimento Interno também esteve em pauta, no qual foram incluídas algumas propostas, sobretudo na Seção III. Entre as alterações regimentares propostas durante a XX reunião ordinária, incluíram-se um artigo e um parágrafo na Seção II, do Funcionamento do Plenário, da seguinte forma: (Art.20) *“A ausência imotivada de membros do Conselho por três reuniões consecutivas, ou por seis alternadas, no decorrer de um biênio, implicará exclusão da instituição governamental ou setor por ele representado”*. Após a reexposição deste artigo, o Conselheiro **Luiz Moura (Fiepa)** observou que estas regras não poderão ser aplicadas aos Órgãos governamentais, pois está previsto em Decreto sua permanente instalação no CERH-PA. O Conselheiro **Valdinei Silva (IFPA)** ressaltou a importância do banco de dados sobre as representações para a categoria de usuários de recursos hídricos e sociedade civil, pois conforme a necessidade de exclusão, não haveria grandes problemas para a substituição, porém, na atual circunstância a solução seria notificar a instituição faltosa, seja ela qual for, para a alteração de seu representante no Conselho e a não indicação de um substituto, implicaria na exclusão da instituição no CERH. Tendo em vista estas considerações, o Plenário decidiu alterar os termos do artigo para: *“A ausência imotivada de membros do Conselho por três reuniões ordinárias e/ou extraordinárias consecutivas, ou por seis alternadas, no decorrer de um biênio, implicará na notificação para a substituição do representante da instituição”*. Além deste artigo incluiu-se também o § 1º: *“A notificação estabelecerá o prazo máximo de trinta dias para a indicação do substituto, a ausência de*



GOVERNO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

62 *indicação implicará na substituição da instituição*” e § 2º: “*A substituição da instituição*  
63 *seguirá os mesmos procedimentos para a habilitação ao Conselho*”. Quanto à proposta de  
64 inclusão do § 4º, no art. 22, alterou-se somente a palavra “bilhetes” para “comprovante”,  
65 permanecendo o seguinte texto: “*O Conselheiro titular ou respectivo suplente beneficiado*  
66 *deverá apresentar relatório de viagem devidamente assinado com comprovante de*  
67 *passagens originais em anexo, à Secretaria Executiva do CERH, no prazo de quinze dias*  
68 *após a realização da reunião*”. Sendo que as regras expressas no parágrafo acima serviram  
69 de base para a criação do § 2º, do art. 29, na Seção III, das Câmaras Técnica. Na respectiva  
70 Seção, art. 24, suprimiu-se o texto: “*(...) com mandato de dois anos, admitida uma única*  
71 *recondução consecutiva*”, permanecendo apenas a oração inicial: “*As Câmaras Técnicas*  
72 *serão constituídas de, no mínimo, cinco membros e, no máximo, treze*”. Ao mesmo artigo  
73 incluíram-se novos parágrafos, são eles: “§ 4º *Cada Câmara Técnica será composta por*  
74 *titulares e suplentes*”; “§ 5º *A substituição do membro titular, em reunião, somente poderá*  
75 *ser feita pelo seu suplente formalmente indicado junto à Secretaria Executiva*”; “§ 6º *O*  
76 *membro suplente terá direito a voto na ausência do respectivo titular e terá direito a voz,*  
77 *mesmo quando presente o titular*”; e “§ 7º *O exercício do voto é privativo aos membros*  
78 *titulares e na sua ausência aos seus respectivos suplentes, não sendo permitido seu*  
79 *exercício por representantes, mesmo que qualificados*”. A redação do art. 29 foi alterada da  
80 seguinte forma: “*As reuniões das Câmaras Técnicas serão públicas e deverão ser*  
81 *realizadas com no mínimo três membros presentes*”. Esta decisão se deu em decorrência das  
82 dificuldades percebidas pelos membros das CTs em alcançar *quorum* mínimo, impedindo  
83 assim o andamento dos trabalhos no âmbito das Câmaras. Além disto, foram acrescentados  
84 mais dois parágrafos ao artigo: “§ 1º *Para as reuniões das Câmaras Técnica, aplica-se o*  
85 *disposto no art. 22, § 1º aos membros titulares e, em sua ausência, aos respectivos*  
86 *suplentes*” e o § 2º, já mencionado anteriormente sobre a apresentação de relatórios de  
87 viagens e comprovantes de passagens. Com a proposta de criação do art. 30, sugeriu-se a  
88 retirada do parágrafo primeiro, com o seguinte texto: “*As reuniões serão convocadas por*  
89 *suas respectivas presidências, por decisão própria ou a pedido de um terço de seus*  
90 *membros com, no mínimo, doze dias de antecedência*”, passando a ter a seguinte redação:  
91 “*art. 30 As Câmaras Técnicas reunir-se-ão em caráter ordinário pelo menos quatro vezes*  
92 *ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, por iniciativa*  
93 *própria ou a requerimento de pelo menos trinta por cento de seus membros*” e “§ 1º *A*  
94 *convocação ordinária deverá obedecer ao calendário anual de reuniões e a extraordinária*



GOVERNO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

com sete dias de antecedência”. Depois de alguns ajustes, definiu-se o art. 33 com este teor:

“A ausência dos membros das Câmaras Técnicas por duas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias consecutivas ou alternadas, no decorrer de um ano, implicará na notificação para a substituição do representante da instituição”. Além do citado artigo acrescentou-se mais dois parágrafos: “§ 1º A notificação estabelecerá o prazo máximo de trinta dias para a indicação do substituto, a ausência de indicação implicará na substituição da instituição” e “§ 2º A substituição da instituição seguirá os mesmos procedimentos para a habilitação ao Conselho”. O Conselheiro **Luiz Moura (Fiepa)** observou que os Grupos de Trabalho não apresentaram os relatórios finais ao Plenário. Em vista disso, a **Secretária Executiva** solicitou aos coordenadores dos GTs sobre Vazões e Compensações, a apresentação da resposta formal informando a atual situação das atividades dos Grupos, para as providências cabíveis do CERH. Para efeitos burocráticos a Secretaria Executiva encaminhará aos coordenadores ofícios solicitando os relatórios. Quanto ao parecer encaminhado pela **Famep**, referente às alterações regimentais, a **Secretária Executiva** informou que não foi possível elaborar uma resposta da Secretaria Executiva em decorrência de pouco tempo, pois o documento só foi recebido no dia anterior à reunião e concedeu espaço para manifestação do representante da Federação em defesa das propostas contidas no documento, porém não houve manifestações. Aprovado pelo CERH, o Regimento Interno será encaminhado ao setor Jurídico da Sema, para análise e posterior publicação. Na matéria subsequente, a Conselheira **Tereza Cristina (Seidurb)**, na qualidade de Presidente da Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental em Recursos Hídricos (CTCEAR), apresentou as propostas do plano de ações da CTCEAR para o ano de 2014. Em resumo, ela enumerou quatro propostas: a primeira diz respeito à premiação das boas práticas na utilização dos recursos hídricos nos municípios do Estado; a segunda refere-se à parceria com a **Fiepa** para a concessão do prêmio; a terceira proposta refere-se à criação de uma rede ou reativação da plataforma “Águas Pará” na internet, com a finalidade de melhorar a comunicação entre municípios e Estado e assim conhecer a realidade da gestão dos recursos hídricos em diversas localidades; e a quarta direciona-se a promover a capacitação dos municípios com base nas informações obtidas pelo meio digital escolhido, pois assim será possível identificar os focos de ação do Estado. Em sua apresentação, a Conselheira e relatora da CTCEAR, **Solange Valadares (Codesei)** complementou os informes sobre as propostas da Câmara Técnica de criar um plano de ações, a partir da elaboração de um diagnóstico ambiental dos recursos hídricos nos municípios, para melhor



GOVERNO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

conhecer os trabalhos realizados sobre Educação Ambiental nessa área. Segundo ela, o objetivo é incentivar a busca pelas práticas e soluções dos problemas voltados aos recursos hídricos. Na metodologia adotada estão previstos a realização de pesquisas com o apoio das Associações Municipais, além de capacitações para o aprimoramento da gestão e produção de material didático. Após a apresentação da Conselheira, a **Secretária Executiva** parabelizou a iniciativa da Câmara Técnica que conseguiu cumprir suas atividades no ano de 2013. Na mesma oportunidade o Conselheiro **Valdinei Silva (IFPA)** fez uma consideração a respeito da Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CTPERH), informando que esta trabalhará integrada à CTCEAR. No próximo ponto de pauta, referente à Resolução nº 14 do CERH, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CTPERH) e Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental dos Recursos Hídricos (CTCEAR), para o período de 1º de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2014; o Conselheiro **Fernando Lima (Cosanpa)** informou que a minuta precisa ser revisada, pois apresenta falhas gramaticais e ortográficas, para posteriormente ser aprovada no Plenário. Considerando o exposto pelo Conselheiro a Secretária Executiva, informou que será novamente encaminhada ao setor Jurídico da Sema, para finalmente ser aprovada pelo Plenário. No último ponto de pauta foi definido o calendário de reuniões ordinárias para o exercício de 2014, sendo aprovadas as seguintes datas: XXII reunião - vinte e oito de março; XXIII reunião - vinte e sete de junho; XXIV reunião - vinte e seis de setembro; e XXV reunião ordinária - doze de dezembro, esta agenda será informada a todos os Conselheiros via correio eletrônico. No primeiro ponto dos informes, referente ao Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), a **Secretária Executiva** reiterou que o andamento do processo de adesão ainda está em fase de habilitação para a assinatura do contrato com a Agência Nacional de Águas (ANA). Informou que no dia quatro de novembro foi publicado no Diário Oficial do Estado o Decreto nº 886/2013 assinado pelo Governador, designando a **Sema**- Órgão gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos- como Coordenadora das ações do Programa. Após este procedimento, foram encaminhados para a ANA todos os documentos necessários para a adesão ao Progestão. A próxima etapa é a realização de uma oficina no Estado, agendada para os dias quinze e dezesseis de janeiro com a equipe da Diretoria e Conselheiros do CERH, para a definição e certificação das metas a serem alcançadas no prazo de cinco anos. Após a aprovação do Plano de Metas pelo CERH, a SEMA receberá o recurso orçamentário do



GOVERNO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Progestão no valor de setecentos e cinquenta mil reais por ano. As próximas parcelas serão pagas proporcionalmente ao cumprimento das metas e todos os recursos recebidos deverão ser aplicados exclusivamente em ações de gestão hídrica para o fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Seguindo a ordem da pauta, a **Coordenadora de Regulação/DIREH, Luciene Chaves**, apresentou os resultados nas reuniões da Câmara Técnica de Outorga e Assuntos de Regulação (CTPOAR), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Como representante do Órgão Gestor da Política Estadual de Recursos Hídricos nas reuniões da CTPOAR, a Coordenadora ressaltou que essa participação tem enriquecido o conhecimento sobre os assuntos relativos ao instrumento de Outorga dos Direitos de Uso dos Recursos Hídricos, no âmbito da gestão deste Estado. Atualmente a Câmara Técnica está discutindo sobre uma nova Resolução, que trata das diretrizes gerais para assuntos que independem de Outorga. No total de cinco reuniões realizadas no ano de dois mil e treze, o Pará esteve presente em três, sendo que na última reunião ocorrida nos dias nove e dez de dezembro, a CTPOAR fez a sua última revisão no mencionado documento, para posterior encaminhamento ao Plenário do CNRH. Para as eleições presidenciais das Câmaras Técnicas do CERH-PA, a **Secretária Executiva** informou que foi realizada a II reunião conjunta das CTs, no dia vinte e oito de novembro do corrente ano. No entanto, somente a CTPERH obteve *quorum* para tal deliberação e elegeu seu novo Presidente, o conselheiro **Valdinei Silva, representante do IFPA**. Considerando a necessidade de eleger ou reeleger os demais Presidentes, realizou-se a III reunião conjunta da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL) e CTCEAR, no dia 09 de dezembro, quando foi reeleita a Presidente da CTCEAR, **Tereza Cristina B. da Silva, representante da SEIDURB**, sendo que a CTIL novamente não atingiu *quorum*. Conforme o exposto, a **Secretária Executiva** informou que as eleições da CTIL ocorrerão em dois mil e quatorze, de acordo com as alterações regimentares aprovadas pelo CERH. Cumpridos todos os pontos da pauta, deu-se por encerrada a XXI reunião ordinária. Para constar, lavra-se a presente ata assinada pela **Secretária Executiva** deste Conselho.

**Verônica Jussara Costa Bittencourt**  
Diretoria de Recursos Hídricos  
Secretaria Executiva do CERH-PA